



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

(11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Boletim Sindical do Partido
Operário Revolucionário (POR),
Seção Brasileira do CERQUI

cpeufabc.wordpress.com

cpe.ufabc@gmail.com

Ano III – Nº 55 – 06 de Janeiro de 2025

Governo Lula publica MP que descumpre Termo de Greve e amplia precarização da Educação Federal

O Governo Lula/Alckmin publicou, em 31 de dezembro, a Medida Provisória (MP) N.º 1286/2024 que reestrutura planos de carreira, cargos e salários, e reforma o Sistema de Carreiras do Poder Executivo Federal. Ao formalizar aumentos remuneratórios e itens acordados com 38 categorias do funcionalismo federal, como o “reajuste” de 9% em janeiro de 2025 e 5% em abril de 2026 para os TAEs, a MP tem sido comemorada pelas entidades sindicais. Ocorre que o governo vinculou os “reajustes” a um profundo ataque à Educação Federal, em particular ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.

A MP não contempla os principais itens estabelecidos no Termo de Acordo (TAG) N.º 11/2024 que encerrou a Greve Nacional dos TAEs de 113 dias em 2024, ao mesmo tempo que impõe medidas de precarização, como se fossem pauta da categoria. Ressalta-se que o prazo de 180 dias para estudos e encaminhamentos previsto no TAG findou em 24 de dezembro e foi prorrogado em 150 dias sob a alegação de que foi insuficiente, o que não passa de desculpa.

Fato é que a MP não contempla a liberação do concurso para Intérprete de LIBRAS-Nível E, a jornada de trabalho de 30 horas semanais para todos os TAEs, a criação do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), o reposicionamento dos aposentados, dentre outros itens do TAG. Por outro lado, cria cargos amplos, produzindo uma carreira híbrida em que os novos servidores serão investidos em cargos amplos (Técnico em Educação-Nível D e Analista em Educação-Nível E) enquanto os atuais/antigos permanecerão em microcargos, e elimina cargos públicos considerados “obsoletos e desalinhados”, cujas funções serão terceirizadas.

A não criação do cargo amplo de Auxiliar em Educação, que substituiria cargos vedados do Nível C como auxiliares de creche e de saúde, evidencia a quebra do TAG e a manobra do Governo e Reitorias em separar os cargos ocupados dos suspensos a fim de colocar os TAEs como coadjuvantes da terceirização. A “racionalização” dos cargos suspensos, vagos e a vagar se dá sem o aumento de despesa, pois o governo apenas transformou/substituiu cargos, eliminando cargos efetivos vagos (atuais microcargos) e criando

cargos efetivos (cargos amplos) e de confiança, que serão destinados prioritariamente aos cem novos campi dos Institutos Federais. Ou seja, transferiu recursos das atuais para as novas Instituições Federais de Ensino (IFEs), precarizando as relações de trabalho e ensino da Educação Federal.

O governo que mantém cargos extintos e vedados, amplia a terceirização e se nega a atender a reivindicação de racionalização dos cargos por meio da correção (classificação, remuneração) de cargos cujo o conjunto dos servidores estão em desvio de função, como Auxiliar em Administração e Assistente de Alunos (cargo que formalmente continua ativo), tenta transparecer que a liberação de vagas e a implementação das diretrizes do MGI (Portaria Nº 5.127/2024) para as Reestruturações de Carreiras constituem uma racionalização. Uma grande farsa!

Destaca-se, ainda, que a MP cria carreiras transversais e estabelece novos mecanismos para avaliação de desempenho e progressão alinhados ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD), que tende a se ampliar. Combinada a outras ações em curso, como a mudança do estágio probatório e a centralização do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS), tem-se um quadro da Reforma Administrativa conduzida pelo Governo Lula/Alckmin. Uma contrarreforma que, para atender interesses capitalistas, destroi direitos trabalhistas, elimina cargos públicos, mantém as profundas desigualdades do sistema de carreiras, sobrecarrega servidores, ataca a jornada de trabalho, precariza o serviço público, restringe a estabilidade e facilita demissões.

A Direção da FASUBRA chamou uma reunião com dirigentes dos sindicatos filiados e uma live de avaliação da MP. As direções sindicais devem convocar as assembleias e plenárias de avaliação da MP, que será aprovada pelo Congresso Nacional após o recesso, e do TAG apontando suas consequências para a categoria e para as IFEs. A CPE/POR defende a convocação das assembleias, a rejeição das medidas da contrarreforma administrativa, a construção de Comitês de Luta e a convocação de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios de rua, em torno de um programa próprio dos explorados.

Encontro da CPE-UFABC abordou o Orçamento Público

Em 19 de dezembro, a CPE/UFABC realizou seu encontro com uma formação política sobre orçamento público junto a discussão sobre o pacote de medidas contra a maioria oprimida enviado pelo Governo Lula/Alckmin ao Congresso Nacional. A atividade partiu da leitura compartilhada do texto "Como funciona o orçamento público?" publicado na Edição N.º 24 do Boletim CPE-UFABC, e de slides da Reunião do Conselho Político da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD) de 12 de dezembro de 2024, que abordam o Sistema da Dívida e o Pacote de Corte de Gastos Sociais [PEC 45/2024, PLP 210/2024 e PL 4614/2024].

Na discussão, destacou-se a relação da sangria dos cofres públicos com o Sistema da Dívida, a Estrutura Tributária Brasileira sem tributação de dividendos, e o fechamento de fábricas. Observou-se a política estatal de proteção da minoria capitalista em detrimento da maioria que produz as riquezas, com retirada de direitos, isenções fiscais para capitalistas, privatizações, vinculação do reajuste do salário-mínimo às diretrizes do arcabouço fiscal, distribuição de Emendas Parlamentares e Fundos Eleitorais e Partidários, prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2032, etc.

A despeito das disputas interburguesas, reconheceu-se o caráter oligárquico da democracia brasileira e o papel do Estado-burguês na administração dos interesses e negócios capitalistas,

bem como a inviabilidade de transformação progressiva por dentro do sistema, protegido pelos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e pelas Forças Armadas, dentre outras instituições.

Colocou-se o problema da paralisia do movimento de massas, em decorrência da política das direções burocráticas que agem como freio das mobilizações. Trata-se de um grande problema, pois as ações sindicais e políticas são imprescindíveis para a conquista e manutenção dos direitos sociais. Por isso é fundamental exigir que as centrais sindicais impulsionem e unifiquem as lutas, em particular da classe operária, e fortalecer a construção de uma fração sindical classista e revolucionária.

Como parte disso, definimos as seguintes tarefas: organizar atividades com estudantes e a distribuição do boletim da CPE-UFABC convocando para o próximo Encontro da CPE, no qual abordaremos um programa classista para o SinTUFABC, cuja inscrição de chapas para a próxima gestão ocorre até 07 de fevereiro. Esse encontro foi um marco na construção da CPE-UFABC. Além do tema bastante oportuno da formação, visto a centralidade do orçamento público federal na pauta do Congresso Nacional, as tarefas passaram a ser coletivizadas, o que mostra a assimilação da autocrítica realizada no encontro de novembro com relação à organização de eleição de delegados para o 6º Congresso do SinTUFABC.

A emancipação dos sindicatos das direções reformistas e direitistas é uma tarefa revolucionária

Formação política do Nossa Classe - Originalmente publicado no Boletim Nossa Classe N.º 25/2024

O trabalho político de libertação dos sindicatos da burocracia traidora tem de se dar por dentro e por fora destes. Toda e qualquer tentativa de se negar a luta revolucionária nos sindicatos deve ser combatida, pois resulta em perpetuar o controle do reformismo e do direitismo sindical sobre a classe operária. Também se deve rechaçar a política centrista das correntes de esquerda que criticam a burocracia e acabam se constituindo em ala esquerda do reformismo.

A luta nos sindicatos é para derrotar a burocracia em todos os campos e organizar as bases para a revolução socialista. Trata-se de uma guerra contra a exploração do trabalho e a ditadura de classe da burguesia que se concentra no poder do Estado.

Não se trata de substituir uma burocracia por outra mais esquerdista. A constituição de uma direção marxista para os sindicatos é parte do processo de avanço da luta pela revolução proletária e depende da

construção do partido revolucionário como direção programática do movimento operário e das massas em geral. A plataforma de reivindicações elementares deve ser defendida através da ação direta. A resposta aos baixos salários e ao desemprego é a base de apoio da plataforma de reivindicações. A real defesa da vida das massas depende da luta por um salário mínimo vital, pela escala móvel de reajuste e escala móvel das horas de trabalho. São três bandeiras que se voltam contra a miséria e a fome, por isso atingem abertamente os interesses dos exploradores de extrair o máximo de lucratividade.

A constituição de frações revolucionárias é um instrumento de luta contra a burocracia, de organização do setor mais avançado e conquista da direção dos sindicatos. Seu método é o trabalho de base e a ação direta. Seu programa é o da revolução e ditadura proletárias.

**Participe do próximo Encontro da Corrente Proletária - UFABC:
20 de janeiro de 2025, 17h, Sala 004-0, Bloco A, câmpus SA**